

Análise descritiva das despesas com pessoal, educação e saúde dos municípios gaúchos do Corede Metropolitano do Delta do Jacuí

O desajuste das contas públicas causou, por anos, um déficit público. Buscando conter a crise financeira, foi regulamentada a Lei de Responsabilidade Fiscal, considerada um marco na evolução da administração pública brasileira, por promover a disciplina fiscal dos governantes. O problema de pesquisa deste estudo consistiu em identificar se os municípios gaúchos do Corede Metropolitano do Delta do Jacuí cumpriram os limites legais relativos às despesas com pessoal, educação e saúde nos dois últimos períodos administrativos. A metodologia utilizada caracteriza-se por ser uma pesquisa aplicada, de natureza descritiva e exploratória, por meio da abordagem qualitativa. Pela análise dos dados coletados nos portais oficiais, como do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e da Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS), percebeu-se que a maioria dos municípios atendeu aos limites constitucionais. Contudo, mesmo havendo recursos públicos suficientes, houve falta de compromisso dos administradores públicos na gestão desses recursos.

Laís Martins de Oliveira
Bacharel em Ciências Contábeis.

Mario Alex Pedersen
Mestre em Ciências Contábeis pela Unisinos (RS). É contador e atua como docente no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre.